

# LINGUASAGEM

## O ETERNO "HOMEM BOM" NA POLÍTICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO CASO MORO<sup>1</sup>

Samuel PONSONI<sup>2</sup>  
Frederico Daia FIRMINIANO<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho visa a perscrutar, sob as bases teóricas dos estudos do discurso e da sociologia política, as possibilidades aventadas social e midiaticamente sob a imagem discursiva do juiz Sérgio Moro que, no imaginário político, estaria sob os efeitos das condições de um "homem bom", ainda que de forma conjuntural. Esses dados midiáticos, que o alçam como possível candidato à presidência da República, serão interpretados a partir das dimensões de o que se dá a mostrar e o que se dá a ver nos discursos em *ethos* discursivo e cenografia dos dizeres acerca dos sujeitos políticos, bem como a persistência na história política brasileira do *condottiere* maquiavélico, substituto do intelectual orgânico coletivo gramsciano, sobretudo em contextos de grave crise política. Buscamos apresentar, assim, expedientes discursivos que demonstram como discursos se materializaram e reforçam a figura pública do indivíduo e como essas interpretações legitimam estereótipos sociais.

**Palavras-chave:** discurso, *ethos* discursivo; cenografia, homem bom; comunicação político-discursiva.

### ABSTRACT

This work aims to exam, under the theoretical bases of the discourse studies and political sociology, the social and mediatically under the discursive image of Judge Sérgio Moro who, in the political imaginary, would be under effect of the conditions of a "good man", even if conjunctural. These mediatic data, which raise him as a possible candidate for the presidency of the Republic, will be interpreted from the dimensions of what is shown and what is seen in the discourses, by *ethos* and the scenography of

---

<sup>1</sup> Este artigo foi escrito a partir da apresentação, em comunicação, no evento ALAS - Asociación Latinoamericana de Sociología, em dezembro de 2017. Acreditamos que ao aceitar, em 1/11/2018, o cargo de Ministro da Justiça, a convite do presidente eleito, Jair Bolsonaro, o Juiz Sérgio Moro confirma parte das hipóteses arroladas neste artigo, sobretudo pela questão de que sua imagem discursiva visava, há muito tempo, colocá-lo na condição de político.

<sup>2</sup> Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG/PNPD-CAPES/UFSCar. E-mail: sponsoni@yahoo.com

<sup>3</sup> Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG/PNPD-CAPES/UNESP. E-mail: fredericodaia@hotmail.com

sayings about the political subjects, as well as the persistence in the Brazilian political history of the Machiavellian condottiere, substitute of Gramscian collective organic intellectual, especially in contexts of serious political crisis. We seek to present, thus, discursive expedients that demonstrate how discourses materialized and reinforce the public figure of the individual, and as these interpretations legitimize the social stereotypes.

**Keywords:** discourse, discursive ethos; scenography, good man; political-discursive communication

### Primeiras palavras

Em sua mais importante obra, Raymundo Faoro traz uma discussão acerca da formação do patronato político nacional, ou acerca d’*Os donos do poder*. Sua polêmica e instigante interpretação das origens e do desenvolvimento do Estado data de 1958, ganhando corpo e ampla repercussão a partir da edição de 1975. Com suas origens no modelo reproduzido no Brasil Colônia, ainda sob a dominância portuguesa, constituir-se-ia o Estado brasileiro sob uma estrutura estamental-patrimonialista que sufoca o desenvolvimento político autônomo da nação. Para ele, tratava-se, pois, de um estamento constituído por uma classe dirigente desconectada da base societal, que era exercida em causa própria e se renovava dentro de si mesma. Malfadado equívoco, que seria seguido por seu método a-histórico, embora tratasse ele da história brasileira.

As categorias estamento/patrimonialismo – extraídas de uma interpretação singular de Max Weber, para dizer o mínimo<sup>4</sup> – vêm à cena num ambiente de intenso debate acerca da natureza da formação econômico-social brasileira e da polêmica entre, de um lado, os defensores da prevalência dos “restos feudais” e, de outro, as análises distintas acerca de sua constituição própria e particularmente capitalista<sup>5</sup>. Inegavelmente, conforme afirmara Schwartzman (2003), abriram caminhos para a pesquisa no sentido das transformações da tradição patrimonial-burocrática portuguesa e sua capilarização na experiência brasileira. Mas, igualmente, “os problemas do Brasil de hoje não são mais (...) os do poder absoluto do estamento burocrático (...) Nesse

---

<sup>4</sup> Conforme anotou o próprio autor, no prefácio da edição de 1975, “... este livro não segue, apesar de seu próximo parentesco, a linha de pensamento de Max Weber. Não raro, as sugestões weberianas seguem em outro rumo, com novo conteúdo e diverso colorido” (FAORO, 1975, prefácio a segunda edição).

<sup>5</sup> À título de exemplo, a famosa polêmica pecebista das décadas de 1950 e início de 1960, acerca da prevalência de “restos feudais” no Brasil, encontrou eco, entre tantos autores, em Alberto Passos Guimarães e Ignácio Rangel e seria fortemente combatida, entre outros, por Caio Prado Jr., que defendeu a tese de uma constituição capitalista da formação social brasileira, como resultado da expansão do capital mercantil. (Cf. PRADO JR., 1979).

sentido, a cruzada de Faoro contra o autoritarismo perdeu muito de seu apelo e de sua atualidade” (SCHWARTZMAN, 2003, p. 211).

No entanto, entre várias reflexões no bojo da compreensão acerca do patrimonialismo de Faoro (2001), uma nos interessa para a pena deste artigo: a figura do homem bom na vida sócio-política nacional. Pela descrição-interpretação deste autor brasileiro,

"O vocábulo *homens-bons (boni-homines)*, que, tratando das classes não nobres, é aplicado em especial a todos herdadores (indivíduos não nobres que possuem hereditariamente a propriedade livre), como a mais autorizada entre elas, encontrar-se-á em certos monumentos, principalmente em atos judiciais, qualificando os indivíduos mais respeitáveis das classes nobres e privilegiadas." (Alexandre Herculano.) Os homens bons e as pessoas do povo que podiam votar, eram pelos corregedores ou juizes a quem incumbia presidir as eleições, qualificados em cadernos, onde se escreviam os seus nomes com todas as individuações necessárias para verificar-se a idoneidade, exigidas pelas leis, forais e costumes." (Alv. de 12 de novembro de 1611.)

O homem bom se distinguia do povo, "... que elege e delibera, na tensão permanente e subterrânea entre sociedade e governo, [e] restringe-se legalmente e sobre severa limitação nas suas expansões” (Faoro, 2001,p.217). A alienação das funções políticas internas ao “povo” – esse todo indistinto, abstrato que, na realização prática da vida política reduzia-se a um conjunto de indivíduos dotados de capacidades legítimas para organizar, conduzir e votar no pleito eleitoral – era, assim, assumida, no outro pólo, por estas figuras diretivas, *homens bons*, que compunham os colégios eleitorais nas mais distintas funções. Tratava-se, pois, de sujeitos idôneos, mas antes, proprietários.

Já na própria constituição da identificação do sujeito considerado bom para compor as câmaras municipais, bem como votar para tais, o perfil altamente sectário e excludente do imaginário e da materialidade dos caracteres dos sujeitos elencados para esse feito ligado, sobretudo, à ocupação, exploração e organização das colônias. E Faoro prossegue com a descrição:

Não eram qualificados os mecânicos operários, degredados, judeus e outros que pertenciam à classe dos peões (Prov. de 8 de maio de 1705.). Exige-se, em princípio, a naturalidade ou a fixação na terra, proibida, nos primeiros séculos, a eleição de comerciantes, privilégio só conquistado com a ascensão dessa classe social. As Ordenações Filipinas apontam, na restrição do corpo eleitoral e dos eleitos, o "respeito às condições e costumes de cada hum, para que a terra seja melhor governada" (Livro 1, tít. LXVII). Os "*homens bons*" não se caracterizam pela fidalguia ou limpeza de sangue, qualidades necessárias para certos cargos ou funções. A limitação do corpo

eleitoral, herdada cegamente das leis portuguesas, na passiva linhagem das Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, nada tem a ver com o predomínio do sangue branco como se sugeriu, embora resulte em instrumento de submissão do escravo e das classes inferiores. Na verdade, o escopo íntimo da superioridade institucional do homem bom será o mesmo que inspira os conselhos portugueses: inscrever os proprietários e burocratas em domicílio na terra, bem como seus descendentes, nos "Livros da Nobreza", articulando-os, desta sorte, na máquina política e administrativa do império. (...) O povo não delibera e, quando delibera, restrito a uma parcela pouco numerosa, se embaraça, na ação, dentro das redes do sistema político geral. (...) Um raciocínio se desenvolve, à margem dos fatos: o poder político, nesse período, estaria entregue aos homens bons, confundidos com os proprietários, com exclusão da vontade da Coroa. (FAORO, 2001, p.217-219)

De maneira geral, o que se observa pela citação da obra de Faoro (2001) é que, desde as remotas formações das Câmaras municipais do Brasil Colônia, há um certo perfil privilegiado de pessoas a ocuparem os cargos públicos, cargos estes que, até mesmo pela perspectiva patrimonialista, inclusive de Faoro, estão ligados às estruturas de produção do Estado que, na sua fórmula liberal, capta seus recursos da “sociedade” e seus múltiplos meios de produção, e destina, em teoria, por meio de políticas ou projetos, programas, benefícios, serviços, entre outros recursos, de volta a sociedade. Entretanto, com o alijamento de determinadas classes, essas políticas de distribuição e redistribuição de bens e serviços seguem certos interesses sectários das próprias classes que se apropriam do direito de pertencer ao poder do Estado: os donos do poder.

*Mutatis Mutandis*, nosso objetivo com este texto é compreender teórica e metodologicamente se é possível observar a presença desta figura política nas conjunturas políticas e sociais brasileiras da atualidade, à despeito das profundas transformações sócio-econômicas e político-culturais que separam o período histórico interpretado por Raimundo Faoro e a atualidade. Todavia, não compreendendo isso de qualquer maneira, mas sim a partir da perspectiva de como os sujeitos sociais que ganham certa notoriedade pública passam, em diversos espaços sociais, a ganhar caracteres estereotipados dessa personagem sempre-já-lá, como é o caso dos homens-bons.

Mais especificamente, tomaremos como referência de análise o caso do magistrado Sérgio Moro que, a partir da conflagração da operação “Lava Jato”, que investigou o esquema de corrupção na Petrobrás no Brasil – cuja força-tarefa e inquéritos policiais foram encerrados em julho de 2017, sem deixar de ser, no entanto, uma novela de horário nobre *ad infinitum*, com personagens e enredos maniqueístas,

bem e mal, protagonistas e antagonistas etc. – e que alçou um juiz de primeira instância, Sérgio Moro<sup>6</sup>, à condição pública de “homem bom”, por sua atuação (bastante questionável, inclusive no mundo jurídico) no processo de indiciamento de políticos e servidores públicos de distintos escalões<sup>7</sup>.

Com efeito, a espetacularização midiática dada neste processo vem construindo em torno de Moro um ícone do “homem bom”, que encontra eco em setores populares e, sobretudo, junto à classe média – não a “nova classe média” produzida pelos melhores anos do “neodesenvolvimentismo petista”<sup>8</sup> – e muitos outros seguimentos conservadores da sociedade brasileira – até o limite de que estes setores não entrem no alcance da própria operação<sup>9</sup>.

Figura recorrente na história política nacional, o “homem bom” deve reunir todas as condições de possibilidade para ingressar na vida política, principalmente a partir da constituição das Câmaras Municipais no tempo de Brasil colônia. Esse “homem” deveria ser um sujeito branco, católico, proprietário, casado e no exercício de atividades do intelecto. Sendo assim, é desta perspectiva que este trabalho visa a perscrutar, sob as bases teóricas dos estudos do discurso, da comunicação e da sociologia política, as possibilidades aventadas social e midiaticamente sob a imagem discursiva do juiz Sérgio Moro que, no imaginário político, estaria sob os auspícios das condições de um “homem bom”, podendo, assim, concorrer a cargos políticos mais representativos da nação, com direito a portal na internet<sup>10</sup> e alta popularidade,

---

<sup>6</sup> Juiz titular de primeira instância da 14<sup>a</sup> Vara de Justiça Federal de Curitiba, Sérgio Moro vem ao longo dos últimos três amealhando distintas – e por vezes contraditórias – compreensões acerca de sua pessoa e seu trabalho. No entanto, a respeito especificamente de sua projeção social como sujeito apto a ser eleito presidente da nação há uma série de pesquisas consultivas ao eleitorado, feita por inúmeros institutos de pesquisa, assim como por dezenas de fãs nas redes sociais, como, por exemplo, uma página de seguidores intitulada #<http://www.moropresidente.com.br/>.

<sup>7</sup> Vale dizer que este processo contribuiu decisivamente para a deposição do governo de Dilma Rousseff.

<sup>8</sup> Para uma crítica ao ideologicamente difundido conceito de “nova classe média”, que se refere a ampliação da capacidade de consumo das funcionalmente chamadas “classe C e D” no Brasil. (Cf. Pochmann, 2012).

<sup>9</sup> *Vide* o caso de ferrenhos defensores de outrora da chamada operação Lava Jato, tal como o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, baluartes midiáticos desses setores conservadores, tal qual o comentarista Reinaldo Azevedo, ou, ainda, próceres de partidos emuladores dessas classes, tais como Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, psdbistas, ou Agripino Maia, DEM, os chamados demo-tucanos, que ao entrarem no radar da famigerada operação passaram a contestar essa mesma operação, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo.

<sup>10</sup> Veja-se, por exemplo, a página “Dr. Moro para Presidente”, cujo objetivo declarado é “... lançar a ideia para a população brasileira que está na hora de elegermos um herói nacional”. Aparentemente “apartidária”, a campanha tem por fundamento “...dar um basta as opções viciadas que os partidos políticos nos oferecem”. ([www.moropresidente.com.br](http://www.moropresidente.com.br)).

sobretudo depois do golpe contra Dilma Rousseff, conforme mostrou a consultoria Ipsos Public Affairs<sup>11</sup>.

Esses dados midiáticos, que o alçam como possível candidato à presidência da República, serão interpretados a partir das dimensões de o que se dá a mostrar e o que se dá a ver nos discursos, compreensões que se coadunam no *ethos* discursivo e na cenografia dos dizeres acerca dos sujeitos políticos. Isso porque essa noção-conceito de *ethos* discursivo traz há bastante tempo produtivas pesquisas para os domínios epistemológicos que lidam com análises discursivas e comunicacionais. No entanto, acreditamos que no espaço de comunicação e sociologia política ainda é possível trazer mais contribuições teórico-analíticas não só pela prova do *ethos* discursivo, mas sim trazendo ao escrutínio objetos políticos por maneiras enunciativas correlatas, como a noção de cenografia, conceito advindo das pesquisas em análise do discurso de base enunciativa, bem como a persistência na história política brasileira do *condottiere* maquiavélico, ainda que na sua versão tupiniquim, sobretudo em contextos de grave crise política.

Buscamos, portanto, apresentar e compreender analiticamente expedientes linguísticos e discursivos que demonstram como discursos se materializaram e reforçam a figura pública do sujeito. Mais ainda, como essas interpretações legitimam também a composição de estereótipos de protagonistas e antagonistas que, em última instância, sustentam imagens discursivas que sujeitos políticos atribuem a si e a outros, construindo, dialeticamente, os discursos para uma conjuntura histórico-social em questão.

Esses elementos teóricos, circundantes à figura de Sérgio Moro, o “homem bom”, compõem o conjunto de formas de adesão de interlocutores a um discurso almejado pelos textos políticos.

Ainda que de maneira não exaustiva, em termos de quantidade de dados, é a partir dessas considerações e dessas teorias-metodologias de trabalho que tentaremos responder a essas questões e hipóteses no limite do objetivo principal deste trabalho.

---

<sup>11</sup> Em pesquisa de opinião realizada no início de fevereiro de 2017 em todas as regiões do país, com 1200 pessoas, acerca de 20 personalidades do mundo político e jurídico, apenas Sérgio Moro recebeu a aprovação de 65% dos entrevistados. Em declaração a BBC, o diretor da Ipsos Public Affairs, Danilo Cersosimo afirmou que Moro seria um forte candidato em 2018. Ver “Desde impeachment, popularidade de Moro dispara e rejeição a político sobe, diz pesquisa”. BBC Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39075521>. Acesso em 02 Set 2017.

## Alçados à condição de homem bom

Talvez, o primeiro o sujeito de posição e condição jurídica e social a ser alçado a uma condição de possibilidade de homem bom, durante o neodesenvolvimentismo petista, tenha sido o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa. Imbuído à encenação de inquisidor-justiceiro pela Ação Penal 470, conhecida como “Mensalão”, Barbosa na condição de relator foi às máximas hermêuticas das doutrinas jurídicas para fazer uso do direito – inclusive trazendo uma doutrina de Claus Roxin<sup>12</sup>, a teoria do Domínio de Fato – para incluir os principais réus do processo, mesmo que, a rigor, a eles não fossem atribuídas nenhuma assinatura, documento, entre outros, mas assim passarem à narrativa de julgados, implicados pelo fato de serem os responsáveis em chefe das estruturas organizativas.

Depois do julgamento, ocorrido nos anos de 2012/2013, Barbosa foi lançado a um protagonismo midiático e em várias pesquisas de intenção de voto para presidente, nas eleições de 2014<sup>13</sup>, inclusive, colocado na potencial de um bom candidato, um homem bom, que supostamente reuniria todas as condições de ser um governante e líder nacional, tal qual um herói de novela.

Joaquim Barbosa, implacável em suas asserções jurídicas e severo julgador como relator, protagonizando midiaticamente antagonismos fortes com seu revisor de processo, Ricardo Lewandowski, o seu anti-ethos de homem bom naquela conjuntura – tido como mais alinhado aos interesses dos réus, sobretudo os ligados ao Partido dos Trabalhadores, PT, que não quer levar às máximas a punição, execração e extirpação de homens políticos corruptos e corruptores –, teve certa ascendência, sendo bem lembrado e bem cotado nas pesquisas de pleito eleitoral.

Entretanto, o relator do mensalão padecia de algumas "qualidades" para homem bom. Não vem de uma origem em que o fez nascer salvo material e simbolicamente, ou seja, nasceu pobre, brigou para lascar o naco da classe já salva desde sempre. Além disso, suas posições teóricas na militância jurídica – como, por exemplo, ser a favor de ações afirmativas, como as cotas raciais – na vida pregressas ao STF, associadas a suas

---

<sup>12</sup> E criticada pelo próprio Roxin dado ao seu uso, segundo este teórico alemão, distorcido. Disponível: <<http://www.conjur.com.br/2014-set-01/claus-roxin-critica-aplicacao-atual-teoria-dominio-fato>>. Acesso em 15/8/2017.

<sup>13</sup> Joaquim Barbosa se aposenta do STF logo após o encerramento do processo mensalão, no final de 2013. Este aumentou ainda mais especulações em torno de seu nome a presidente ou, ainda, em alguma coligação, cargos ministeriais etc., das candidaturas postulantes, como, por exemplo no PSB de Eduardo Campos e Marina Silva ou, ainda, ministro da justiça no possível governo psdbista de Aécio Neves.



críticas na vida posterior ao STF acerca dos bandidos políticos de estimação da classe média brasileira e ao próprio judiciário, inclusive críticas contra o próprio juiz Moro e ao MPF e lava-jateiros o fizeram perder o adjetivo de "bom" para essa turba. Além disso, que desde as remotas formações do estereótipo de homem bom, vale lembrar, no Brasil-colônia, aquele que não fosse branco puro, ou tivesse sangue limpo, tal qual os indivíduos indígenas, escravos ou ex-escravos, reduzidos à condição de peça, não podiam ser herdeiros ou proprietários, logo, tinham cassada, de início, sua candidatura a homem bom – diferente de um branco despossuído pelo *morgadio*, por exemplo, que não era impedido de abrir sua própria posse e obter uma sesmaria.

É certo que também por falta da “pureza de sangue”, evidentemente sob o prisma ideo-racista que persiste fortemente no Brasil, impediu Joaquim Barbosa de completar os atributos para alçar-se a homem bom. Ou, na melhor das hipóteses, o fez cadente no alinhamento ideológico e social a possível candidato bom, o homem a ser a um só golpe moralista e inquisidor, gestor e figura pública, orgulho para nação e temível aos malfeitores de não estimação, herói nacional, temas muito prolíficos nas classes médias-altas brasileiras.

Dessa forma, quem parece encarnar todas as possibilidades é o juiz biônico – dada a sua ultra-alçada jurídica – Sérgio Moro. Aos 45 anos, ele nasceu em Maringá, Paraná, por ocasião do aceite ao convite feito por um cunhado da mãe, fundador e reitor da Universidade Estadual de Maringá, criada pelo coronel Jarbas Passarinho, então ministro da Educação do general Médici, em 6 de novembro de 1969.

Educado por freiras carmelitas espanholas, na escola particular católica Santa Cruz, desde jovem demonstrou aptidão para o esporte, destacando-se na prática da ginástica olímpica e do ciclismo, não raro, acompanhando o pai, um relativamente conhecido jurista e professor paranaense, no elitista Country Club da cidade natal, onde o jurista-professor jogava futebol com os amigos. (Oliveira, 2016, não paginado).

“Nunca deu bola para a mulherada, nem fala piadas pornográficas, não usa palavrões”, é bastante “discreto” e “inflexível” na defesa dos “princípios”: um verdadeiro homem-bom, para além e para aquém, no avesso e no direito, do bom-mocismo, conforme a caracterização do amigo e colega de magistratura federal, Anderson Furlan, que não para por aí. Segundo ele, “... é zero vaidoso (...) Sérgio compra uma camisa Calvin Klein e diz ‘o importante é a pessoa que está dentro’, típico dele falar assim”. E completa: “ele trabalha sempre com os mesmos ternos e gravatas, deve ter só dois” e “usa as camisas pretas só em ocasiões importantes”.



Em seu trabalho, “na Justiça, ele [Moro] não gostava dessas milhares de ações de baixa relevância, prefere poucas causas, mas as boas causas” (Furlan citado por Oliveira, 2016, não paginado). Afinal, para uma figura tão devotada a suas fundações humanas constitutivas, Moro se alinha à sua moral primordial. Ele pode até mesmo se justificar com o Evangelho de São Mateus: “Portanto eu lhes digo: não se preocupem com suas próprias vidas, quanto ao que comer ou beber; nem com seus próprios corpos, quanto ao que vestir. Não é a vida mais importante do que a comida, e o corpo mais importante do que a roupa?” (Mateus 6, versículo 25).

Apesar dessa sintonia fina entre o Homem e a sua Moral, é curioso notar que o “zero vaidoso” não deixa de usar a “camisa Calvin Klein”, nem mesmo expressar sua pouca vaidade ao pronunciar-se, ao amigo, que o “importante é a pessoa que está dentro”, no caso, ele mesmo, uma autoimagem bastante coerente com a autoimagem que um juiz pode e deve ter em nossa sociedade (à despeito da enorme diferença de poder aquisitivo entre as classes trabalhadoras no Brasil e a classe média-alta efetivamente bem assalariada composta, entre outros, pelos magistrados federais).

Não é de se estranhar, porém, a “falha argumentativa”, por assim dizer, ou a revelação da forma-de-ser de Moro, por seu avesso, que expressa a contradição entre o conjurado em sua asserção e o realmente existente, pois o ponto de vista parcial e autorreferido não pode deixar de conter o ponto de vista de classe. O argumento fica expresso quando o amigo-magistrado revela o costume de ambos, juntos, de frequentar o Shopping Bourbon, em Curitiba, para fumar uns charutos. (Idem).

De qualquer forma, seus hábitos burgueses não maculam o *ethos* de nosso homem bom. Ao contrário, encontra eco até mesmo na fórmula maquiavélica, a qual possuía qualidades morais como a honestidade, o senso de justiça, a piedade e a retidão do caráter. Não deixa de sintetizar, também, as virtudes do “bom cidadão”, dotado de virtude cívica e coragem para defender o Estado: “prefere poucas causas, mas as boas causas” ; de vida simples, ativa e produtiva, que repugna o ócio: nosso homem é “trabalhador” e produtivo, mas o trabalho intelectual; é religioso, no sentido de temer a Deus, segundo relatos Moro mantém um grupo de estudos religiosos junto a um grupo fechado de magistrados (Oliveira, 2016, não paginado); e imbuído em respeitar os preceitos legais como se fossem preceitos divinos – “inflexível na defesa dos princípios”.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Algo que parece fazer parte do círculo de amizades jurídicas de Sérgio Moro, como demonstra a matérias com o amigo de primeira-fila do cinema, Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro,

## Da questão do *ethos* discursivo e o conceito de cenografia

Em recentes artigos publicados sobre a noção-conceito de *ethos*, Dominique Maingueneau<sup>15</sup>, um dos pioneiros a utilizar tal categoria analítica dentro dos estudos discursivos, trata de definir, de partida, *ethos* como um articulador. O teórico francês chega à questão, destrinchando, teórica e analiticamente, o porquê o *ethos*, de um lado, se faz um articulador entre discursos e cultura, por meio da qual é possível que haja um texto em constituição; portanto, em primeira instância não se pode separar *ethos* de sua cena de validação histórica, ou seja, daquilo que lhe dá sentido.

De outro lado, o próprio problema do *ethos* é visto como um programa de trabalho, não uma teoria completa que visa apenas especificar os detalhes para ilustrar e ilustrar-se. Assim, duas avenidas podem e devem ser exploradas: em particular, deve ser: 1) analisar o *ethos* em categorias mais finas, de modo a não misturar as características de diferentes ordens (ideológica, legal, psicológico, somático ...), mesmo se eles estão estreitamente relacionados; 2) áreas modelo de mudança no *ethos* com base na diversidade de gêneros e tipos de discurso.

É desta perspectiva dois, portanto, que partimos, uma vez que é a relação do *ethos* discursivo imbricadamente ligada à sua dimensão textual: a cenografia. Destacamos, com efeito, este conceito de *ethos* para os estudos discursivos, no qual ele é em última instância uma das dimensões da cenografia, portanto um conceito sujeito a coerções semelhantes às que respondem ao plano enunciativo do discurso como um todo.

Nesses termos de referência, há, sem dúvida, um “como” para os sujeitos se inscreverem a uma enunciação discursiva, para sentirem uma vocação de identificação com esta ou aquela cenografia de um discurso, para corporificarem um enunciador, dar-lhe traços característicos que os fariam identificar-se com este sujeito locutor, um fiador de um mundo possível. Essa eficácia está, em primeira instância, aparentemente ligada ao “o quê” de um discurso, a expressão de seu conteúdo. Isso em muitas medidas é

---

citando a bíblia nos despachos jurídicos: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/juiz-cita-a-biblia-para-fundamentar-prisao-de-sergio-cabral>>. Acesso em 15/9/2017. Ou mesmo do companheiro de Lava-Jato, Delton Dallagnol, que vire-e-mexe professa sua fé nas redes sociais: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-socio/deltan-dallagnol-e-o-protestantismo>>. Acesso em 15/9/2017.

<sup>15</sup> L'èthos : un articulateur. In: *Revue Contextes*, 2013; Retorno crítico sobre o ethos. In: Roberto Leiser Baronas, Paula Camila Mesti e Renata de Oliveira Carreon (Orgs.) *Análise do Discurso: entorno da problemática do ethos, do político e de discursos constituintes*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

válido, mas, ainda na esteira da formulação teórica de Maingueneau para os estudos do *ethos* no discurso, é possível apreender que o *ethos* não se constrói apenas no polo do enunciador, e sim em sua condição de possibilidade receptiva, projetada nas imagens discursivas construídas.

Por isso mesmo, a articulação com a concepção de cenografia se faz necessária, a qual, por sua vez, define as condições de um sujeito-enunciador, de um sujeito coenunciador, de uma topografia linguística e discursiva, bem como de uma cronografia. Isto não se dá de qualquer forma, pois, “Recusando qualquer redução da cenografia a um ‘procedimento’, nela veremos antes um dispositivo que permite *articular* a obra sobre aquilo de que ela surge: a vida do escritor, a sociedade.” (Maingueneau, 2001, p. 134 grifos do autor). Ou ainda, o sujeito político e a sociedade.

A noção de cenografia articula ao mesmo tempo o quadro cênico (tipo de discurso e gênero) e o processo, ou seja, a própria forma como se desenvolve a trama da narrativa social em cima do *ethos* do sujeito fiador de mundos. Ou seja, é algo (im)posto por coerções específicas da cena englobante (tipos de discurso) e da cena genérica (o gênero em si, no qual o discurso se projeta), porém é um dado que vai se construído, ajudando, com isso, a manter o quadro cênico.

(...) um processo de *enlaçamento paradoxal* (...) Desde sua emergência, a palavra supõe uma certa situação de enunciação, a qual, com efeito, é validada progressivamente por meio dessa mesma enunciação. Assim, a cenografia é, ao mesmo tempo, *origem e produto do discurso*; ela legitima um enunciado que, retroativamente, deve legitimá-la e estabelecer que essa cenografia de onde se origina a palavra é precisamente a cenografia requerida para contar uma história, para denunciar uma injustiça, etc. Quanto mais o co-enunciador avança no texto, mas ele deve se persuadir de que é aquela cenografia, e nenhuma outra, que corresponde ao mundo configurado pelo discurso. (MAINGUENEAU, 2006, p. 114 grifos do autor)

Dessa maneira de compreender o fenômeno Moro, como um homem bom, trazemos um *corpus* para análise, bastante interessante e que parece sintetizar as questões em uma entrevista de Danilo Cersosimo, diretor na Ipsos Public Affairs e responsável pela pesquisa trazida na nota de rodapé número 8, dada ao portal Terra<sup>16</sup> em fevereiro de 2017, comentando justamente o índice Moro de aprovação nacional. Vejamos as palavras do diretor:

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/desde-impeachment-popularidade-de-moro-dispara-e-rejeicao-a-politicos-sobredizesquisa,b409a9df827babf43ae016b1b8eba0d6n9e1ss7t.html>>. Acesso em 10/9/2017

Em um ano, o desconhecimento sobre Moro caiu fortemente, para 9%, enquanto sua rejeição recuou para 26%. "Moro era muito desconhecido no início da pesquisa, mas a força que a Lava Jato ganhou e a presença desse nome na mídia converteu esse conhecimento em aprovação. Ele é o símbolo hoje do combate a tudo aquilo que o brasileiro julga que está errado na política e na gestão pública", observa Danilo Cersosimo, diretor na Ipsos Public Affairs e responsável pela pesquisa. Embora a atuação de Moro não seja consenso no meio jurídico, isso não chega ao grande público, ressalta Cersosimo. "O grande público não entende as controvérsias do mundo jurídico. Para a população é muito simples: a Lava Jato tem um simbolismo muito forte do ponto de vista de passar o país a limpo, e o Moro está totalmente associado à operação", ressalta.

Como podemos observar pelas palavras do diretor da pesquisa, a imagem de Moro, construída no *ethos* de si e também pela cenografia das narrativas midiáticas, assim como as próprias pesquisas, tal como essa, é de bastante aprovação e pouca reprovação. Não há, na recepção da imagem de Moro, a contradição de ele não ser uma figura política, isto é, o sujeito político Moro passa a fazer sentido enquanto imagem discursiva projetada na cenografia das pesquisas de opinião e nas notícias que dão conta de sua dura atuação. A articulação entre Moro, a imagem discursiva de um juiz severo, sério, combatente das mazelas corruptivas do país, e o possível homem bom a ser presidente, líder da nação, herói salvador, ou seja, aquele que reúne todas as condições de governar, como ressaltamos no item 2 deste artigo, está feita na cenografia do gênero pesquisa de opinião que a todo instante coloca à prova esse *ethos* de homem bom, instando a população a reconhecer nesse sujeito o homem certo, bom a ser o chefe máximo da nação, não necessariamente por suas qualidades e habilidades político-gestora, algo difícil de mensurar, dado que Moro em si nunca possuiu qualquer tipo de cargo de gestão política, ao menos até onde se sabe, mas por seus caracteres de homem sério, combativo, rígido com os que devem receber a inquisição de sua mão pesada, sua mão de Torquemada, branco, católico, formado, pós-graduado, de posição e condição de classe de Juiz que luta pelo lado certo da história.

Algo confirmado nas palavras de Cersosimo "Ele é o símbolo hoje do combate a tudo aquilo que o brasileiro julga que está errado na política e na gestão pública". Mesmo sem o ser exatamente isso, a imagem de si construída, tanto da parte conjuntural do juiz, quanto pela referência histórica ao estereótipo de homem certo, de homem bom, ungido de uma força materialmente e espiritualmente histórica a cumprir um dado papel redentor, ou até mesmo pelas construções descritivo-linguísticas dadas nas pesquisas

mediáticas, a perguntar da preferência, do homem certo, do conhecimento acerca das personagens políticas, geralmente em possibilidade de alçar aos pleitos públicos.

Além disso, boa parte da construção desse *ethos* vem do antagonismo aos adversários corretos. Aqui chamamos a atenção que, mesmo para os fiadores de mundos ideias, ética e moralmente, no caso Moro, um fiador desse mundo possível de honestidade e retidão moral e de caráter, o homem certo, bom a fazer o melhor por todos, combativo, não se constrói sem a figura de um anti-fiador, de um anti-*ethos* de tudo a não ser seguido e admitido por um grupo de sujeitos em uma dada condição histórica de produção dos discursos. Lá atrás, Joaquim Barbosa antagonizava com Lewandowski, além desse discurso-outro sempre pronto a ser usado na virtualidade do imaginário social, i.e., o homem de caráter irretocável, combativo, bom a ser líder-herói. No entanto, Lewandowski parece não ser o adversário mais correto, o melhor adversário, algo que também concorre para o viés de baixa de Barbosa, como argumentamos no item 2 deste mesmo artigo.

Nesse sentido, a figura claramente antagonista por um anti-*ethos* e anti-fiador corretos trata-se do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, sujeito a ser rivalizado. E não poderia haver figura melhor para a projeção do homem e do *ethos* de nosso homem bom, como eleger “o presidente mais popular da história do Brasil” como seu anti-*ethos*, o que supõe, vale dizer, reconhecê-lo como tal e, simultaneamente, consolidar sua (auto)imagem de “zero vaidoso”!

Ainda na argumentação de Maingueneau (2006), para se verificar a qualidade e a eficácia do *ethos* de um enunciador em si, quando progressivamente desenvolvido pela cenografia da enunciação, conforme suas evocações, não é possível deixar de suscitar um modo de apreensão dos seus coenunciadores, que estão sendo interpelados a aderir àquele mundo de posicionamentos, bem como de um anti-*ethos* que seria, na realidade, o que se mostra e/ou não mostra como o não objeto a ser incorporado do discurso, algo da ordem do silenciado.

Com essa ordem de elementos não ditos, a que a teorização discursiva do *ethos* conclama como anti-*ethos*, há correlativamente a figura do anti-fiador, que seria a construção de uma imagem estereotipada daquele em que não se deve apoiar nem se deve seguir para a incorporação e adesão dos discursos. Entretanto, esses elementos que autores ligados a determinadas formações discursivas utilizam não recobrem sozinhos toda a grade semântica em que os sujeitos-leitores, coenunciadores de uma enunciação discursiva, são levados a se inscrever.

Nesse sentido, tudo o que a classe média-alta entende e compreende como algo próprio, legítimo e constitutivo de representá-la é aquilo que caminha e não conjuga a todas as práticas e as imagens discursivas de Lula, aquele que não vem da condição de classe daqueles que nascem salvos no Brasil e aquele que representa nos estereótipos e discursos pré-construídos, e sempre reforçados nas narrativas midiáticas, os antagonismos perfeitos com figuras do tipo Moro. O antagonismo daquilo que não é um homem bom para a política ou um líder-herói para guiar essa classe de bem nascidos. O aspecto interessante é que o *lulismo* despontou como um fenômeno que, sem quaisquer surpresas, atendeu às necessidades do capital sob crise estrutural, incrementou o desmantelamento dos direitos historicamente constituídos e, até certa medida, apaziguou as contradições marcantes da formação social-brasileira, alavancando programas de focalização da pobreza e desmobilizando importantes setores da classe trabalhadora.<sup>17</sup>

No que toca ao discurso, porém, a relação de retroalimentação entre aquilo que é colocado na ordem do linguístico, do dizível, do discurso e a projeção e expressão das imagens discursivas via ethos do juiz Moro como a representação do homem bom se dá, entre outras formas, pela apresentação de si do juiz, feita por este sujeito e sobretudo pelas cenografias criadas nas narrativas midiáticas, diluídas para a compreensão do brasileiro de compreensão média das classes médias e altas, e também pelo anti-ethos a ser compreendido, no caso da potencialidade política presidencial, do antagonismo do que não é ser sério, não é de ser de boa índole, de boa moral, algo que está representado no sujeito Lula, sempre como aquilo a não ser seguido ou ser apenas para aqueles que não têm mais nada. Em outras palavras, a adesão a Lula e seus representados somente se dá como aqueles que não têm mais nada.

### **(In) conclusões**

A partir deste breve artigo, de tom ensaístico, no qual não se esgotam todas as possibilidades de análises e compreensões, podemos observar e buscar compreender que a figura do "homem bom" na política brasileira, desde a sua origem colonial, trazida como arcabouço de colonização política e geográfica pelo Império português, é sempre um fator recorrente de ocupação do espaço político. Lá nos idos anos coloniais, esta

---

<sup>17</sup> Para uma análise mais detida sobre este processo. Cf. Pinassi, 2011.

figura era parte constitutiva da formação geral dos quadros administrativos-políticos-governamentais. Ou seja, a própria formação do Estado colonial e do patronato dependia do funcionamento e da funcionalidade desta personagem "homem bom" e seus atributos sociais e econômicos. Todavia, no espaço de lutas e contradições do século XXI, esta figura é e não é constitutiva. Um sujeito político paratópico, isto é, um sem lugar e posição definidos, existe e não na constituição e fundamentação do campo político. Explica-se: embora exista um sempre-já-lá dos resquícios dos caracteres sociais desse sujeito homem bom, pronto para ser alçado à cena pública dos debates brasileiros, ele, o homem bom, é trazido não para ser constitutivo e estruturante, mas para ocupar um vácuo de possibilidades de formação ideológica e contradição político-social para a adesão de sujeitos.

Dessa forma, é possível que existam muitos homens bons sempre prontos a serem alçados a essa condição por aquilo que Alice-Krieg Planque(2011, 2012) chama de rumor público, constituído de um conjunto e de uma série de discursos que são formulados por diversos campos e espaços do próprio debate social e público, em que pesam os muitos detentores dos modos de produção simbólica e material do capital, sejam eles da informação, como, por exemplo, as corporações midiáticas, pesquisas de opinião etc., sejam eles das institucionalidades, tais como os formuladores da planificação econômica, os rentistas de capital e detentores da dívida pública dos Estados, os partidos políticos, a própria maquinaria pública, como os poderes judicial e policial, entre outros modo de produção simbólica e material.

É também por isso que se faz necessário investir nas imagens discursivas desses sujeitos alçados à condição de homem bom, tanto em sua forma, como em sua função social. Lança-se o sujeito no vácuo político, como um balão de ensaio discursivo, aqui entendido como a construção de um *ethos* discursivo na cenografia dos dizeres da enunciação do discurso, em um protagonismo social e político, cria-se, ademais, na mesma medida, o antagonista de homem bom, na figura do próprio anti-*ethos*, ou seja, aquilo tudo que um homem não pode nem deve ser, construindo-se a novelização e as narrativas infinitas a ser compradas, degustadas, digeridas, refletidas, regurgitadas por grupos sociais como a melhor possibilidade da formação de um líder-herói político da nação.

Isto, sem perder de vista que a utilização do homem bom não se trata de uma forma de estamento constituído por uma classe dirigente desconectada da base social, exercida em causa própria e que se renova, dentro de si mesma, de tempos em tempos,



mudando para nunca mudar, conforme propusera Faoro, mas da *personificação* (a partir qual é possível projetar uma imagem e um *ethos* discursivo), operativa da relação orgânica entre os interesses do capital e sua estrutura de comando político, o Estado, renovando, isto sim, a ativação do poder do Estado, a fim de garantir as funções reprodutivas do sistema do capital, sem prescindir de todo o aparato jurídico-legal e seus operadores que, em tal posição, podem, ainda, *personificar* a “Lei”, o “Direito”, como a base do poder, porque o poder do capital é quem estabelece o direito<sup>18</sup>.

## REFERÊNCIAS

- COURTINE, J. J. *Análise do discurso político*. São Carlos: EdUFSCar, 2009. 250p.
- FAORO, R. *Os donos do Poder: a formação do patronato brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 2001. 913p.
- KRIEG-PLANQUE, A. Por uma análise discursiva da comunicação: a comunicação como antecipação de práticas de retomada e de transformação dos enunciados. In: Revista *Linguasagem* n° 16, São Carlos, SP, 2011: Disponível em:<[www.lettras.ufscar.br/linguasagem](http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem)>. Acesso 15/09/2017.
- \_\_\_\_\_. A fórmula “desenvolvimento sustentável” 1 : um operador de neutralização de conflitos. In: Revista *Linguasagem* n° 19, São Carlos, SP, 2012: Disponível em:<[www.lettras.ufscar.br/linguasagem](http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem)>. Acesso 15/09/2017.
- MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes & Editora da Unicamp, 1997.198p.
- \_\_\_\_\_. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Editora Cortez, 2001. 238p.
- \_\_\_\_\_. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Cria edições, 2006.183p.
- MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar: reflexões sobre o Estado*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2015. 184p.
- OLIVEIRA, Renan Antunes de. Retrato do juiz Sérgio Moro quando jovem. Diário do Centro do Mundo. 16 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/retrato-do-juiz-sergio-moro-quando-jovem-por-renan-antunes-de-oliveira/>. Acesso em: 2/9/2017.
- PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. 68p.

<sup>18</sup> Para a discussão acerca da relação entre Estado, capital e o sistema jurídico Cf. Mézáros, 2015.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988. 317p.

PINASSI, Maria Orlanda. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. In *Lutas Sociais*, São Paulo, n.25/26, p.105-120, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011. Disponível: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/Vol.2526/maria-orlanda-pinassi.pdf>. Acesso em: 16/09/2017.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012. 172p.

PRADOR JR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979. 188p.

SCHWARTZMAN, Simon. Atualidade de Raymundo Faoro. In: *Dados*, Rio de Janeiro v. 46, n. 2, p. 207-213, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582003000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17/09/2017.

### Como referenciar este artigo

PONSONI, Samuel; FIRMINIANO, Frederico Daia. O eterno "homem bom" na política brasileira: uma análise do caso Moro. **revista Linguagem**, São Carlos, v.29, n.1, p. 195-211, jul./dez. 2018. ISSN: 1983-6988.

**Submetido em:** 05/03/2018.

**Aprovado em:** 17/10/2018.